

A Construção de Identidades Urbanas como Factor de Repulsão dos Territórios Rurais¹

O caso dos jovens da Freguesia de Cachopo - Tavira

Vanessa Duarte de Sousa *

Resumo: O texto analisa a relação existente entre a construção identitária e a mudança em curso nos espaços rurais. Justifica-se o abandono dos jovens de um espaço rural – Cachopo – pelas socializações crescentes nos espaços urbanos. Conclui-se que o contacto continuado com os espaços urbanos conduz a uma multiplicidade de referências identitárias onde o modelo de desenvolvimento que é preconizado nestes espaços é aquele que mais seduz os jovens ao nível dos seus projectos de vida.

Palavras-chave: Jovens; Identidades múltiplas; Espaços rurais; Espaços urbanos.

Introdução

Quais são os factores de atracção e de repulsão dos territórios rurais deprimidos? Através da «voz» daqueles que podem ou não preconizar o futuro destes territórios – os jovens – procuraremos perceber quais as racionalidades conducentes a estratégias de abandono e de fixação nestes territórios. Utiliza-se como contexto territorial de análise a freguesia de Cachopo, situada na parte serrana do concelho de Tavira. Considera-se que a racionalidade dos actores é fundamental para a explicação dos processos de reorganização territorial em curso. Não pretendendo fazer generalizações para esta tipologia de espaços ao nível nacional, certo é que as representações e práticas juvenis locais serão bem elucidativas sobre o seu futuro. Se haverá conclusões muito contextualizadas outras serão bem passíveis de utilização para a compreensão dos percursos que aí estão a ser traçados.

Algumas das dimensões analíticas utilizadas na operacionalização do conceito de modos de vida (Guerra, 1993) são aqui recuperadas, pese embora exista um enfoque sobre a racionalidade dos

sujeitos conducente a práticas de abandono ou de continuidade nesse território. Assim, tem-se em consideração a inter-relação entre sistema e actores considerando a existência de estruturas orientadoras da acção colectiva que se assumem como resultado das opções dos sujeitos face aos recursos e capacidades passíveis de mobilização. Por outro lado, procuram-se captar dimensões do quotidiano (lazer, consumo, vida familiar e profissional) que possam ser ou não explicativas dessas racionalidades. Por fim, constitui igualmente objecto a captação das dimensões objectivas e subjectivas identitárias, ou seja, a análise das «racionalidades» e dos «afectos», das «práticas» e dos «projectos».

Mudanças nos espaços rurais

O rural de hoje não é, com certeza, o mesmo de há décadas atrás, assim como o urbano que conhecemos tem vindo a sofrer mudanças rápidas com impactos em todas as esferas do social. É, portanto, inevitável associar a globalização² aos processos de reorganização territorial em curso.

¹ Texto adaptado da dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento (ISCTE) – 2006 – submetida ao tema “Desenvolvimento e Mudança nos Territórios Rurais Deprimidos: O caso dos jovens da freguesia de Cachopo (Tavira)”

* Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento (ISCTE), Assistente Convidada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve.

² De uma forma sintética poderíamos dizer que a globalização se refere “à multiplicidade de ligações e interconexões que caracterizam o presente sistema mundial. Descreve o processo pelo qual os acontecimentos, decisões e actividades levadas a cabo numa parte do mundo acarretam consequências significativas para os indivíduos e comunidades em zonas distantes do globo. A globalização compreende dois fenómenos distintos: alcance (ou extensão) e intensidade (ou profundidade)” (Megrew *et al.*, 1992 cit. in Grupo de Lisboa, 1994: 49).

A dualidade analítica, que foi predominando na diferenciação dos espaços, passa a fazer cada vez menos sentido. Na sua génese, a dicotomia rural-urbano traduzia dois modelos opostos em termos de organização social e espacial. À luz das teorias da modernização reproduzia a dicotomia tradicional-moderno. O rural estava associado ao tradicional e, paralelamente, ao subdesenvolvido, ao obsoleto, sendo um estágio inicial de desenvolvimento das sociedades. Por outro lado, o urbano surgia interligado ao moderno, reportando-se ao modelo que as sociedades ditas tradicionais deveriam seguir. Nas teorias da modernização identificam-se o progresso tecnológico e consequente crescimento económico como duas dimensões centrais do desenvolvimento, tratando-se dessas sociedades tradicionais serem apoiadas pelas sociedades modernas (Europa e EUA). O peso ideológico destas abordagens foi de tal modo significativo que associar o rural a tradicional ou periférico, e urbano a moderno ou central faz ainda parte da linguagem comum³. O êxodo rural que marcou e ainda vai marcando o palco das tendências demográficas ao nível mundial terá, em parte, relação com um imaginário narcisista das cidades ou espaços urbanos.

As mudanças significativas que se foram verificando nos espaços rurais estão fortemente associadas ao processo de globalização económica. Por um lado, a introdução de novas tecnologias na produção agrícola faz diminuir a necessidade do anterior efectivo de trabalhadores. Em paralelo, regista-se uma desvalorização social da actividade agrícola e uma desvalorização económica dos produtos agrícolas. O pequeno agricultor dificilmente se encontra capacitado para competir à escala global. Cria-se a ideia generalizada de que é na cidade que repousam as oportunidades de emprego. É este êxodo rural à escala global que está na origem do crescimento acelerado que se regista nas cidades.

A crescente interpenetração territorial traduz um novo relacionamento entre rural e urbano, provocando novos desafios à análise sociológica. À Sociologia Urbana coube o pioneirismo na abordagem espacial e a Sociologia Rural tendeu a centrar-se sobre as estruturas agrárias. No entanto, dada

a complexidade inerente a essa interpenetração espacial torna-se necessário associar estes dois campos analíticos e empreender uma abordagem centrada nos territórios como um todo (Barros, 1990). Muito do que acontece hoje nos espaços rurais é tradução das mudanças registadas nas cidades. Mas também tem sido à custa de um êxodo rural, muitas vezes massificado, que se vão verificando maiores fragmentações nas cidades, de que são exemplo o aumento dos fenómenos de exclusão social, o crescimento incontrolado de subúrbios desqualificados, o aumento do desemprego pela incapacidade de resposta a uma mão-de-obra que vai crescendo de forma incessante, etc.

“Hoje quando falamos do rural e das transformações que ele regista estamos, em grande medida, a falar tanto de urbanização (das ocupações profissionais, dos modos de vida e de consumo, das formas de locomoção, etc.) como de espaços de indústria; estamos, em grande medida, a falar quer de espaços de lazer, quer de processos de produção de valores simbólicos.” (Reis, 2003:41)

“Ressalve-se, desde já, que estamos cientes de que o dito mundo rural português já não é rural nem mundo. É de todos conhecida a multiplicação real e simbólica das cidades médias, bem como a sua dilatação e influência sobre os povoados próximos. Trata-se amiúde de espaços numa marcha rotunda para a urbanidade faz-de-conta. Não menos importante, verifica-se ainda a assimilação pelos rurais dos estilos de vida citadinos.” (Portela, 2003:9)

Temos, então, uma sociedade ocidental predominantemente urbana, não apenas ao nível das formas de ocupação dos espaços, mas também no que respeita aos modos de vida. Toda a sociedade tem vindo a passar por um

“(…) processo de urbanização, que, com a chamada revolução industrial, começou por alterar a fisionomia do mundo ocidental e continua hoje em dia a modificar as geografias, as mentalidades e as práticas sociais em todo o mundo.(…) Com efeito, enquanto em 1950 cerca de um quarto

³ A opção pela denominação de “territórios rurais deprimidos” prende-se com a necessidade de se evitar um posicionamento no quadro dessas abordagens. É comum a denominação de territórios periféricos ou ainda marginais, que nos parecem transpor a existência de um modelo a partir do qual se deve equacionar desenvolvimento dos territórios.

da população do globo vivia em aglomerados urbanos, em 1990 regista-se a existência de 270 cidades com mais de 1 milhão de habitantes (...) [estima-se que] no ano 2010, a população urbana possa ultrapassar os três quartos da população mundial.” (Fortuna, 1997:3).

Os processos de socialização dos indivíduos são marcados por essas interconexões espaciais que conduzem a uma apropriação múltipla de referências identitárias. Por isso, as distinções que se vão fazendo são mais de carácter normativo⁴ do que analítico. “*O rural perdeu especificidade nas dimensões social e económica e os critérios que o delimitam do mundo urbano ou que nele diferenciam tipos, resultam hoje mais das actividades da população e do modo como esta se distribui no espaço do que de decisivas diferenças sociológicas.*” (Baptista, 2003:47) As associações que anteriormente eram feitas ao rural – sentido de comunidade, de coesão⁵, de conservadorismo – e ao urbano – impessoalidade, racionalidade, individualismo – são cada vez mais frágeis, na medida em que se vão diluindo as fronteiras de diferenciação.

O que se vai verificando é que, a par com o processo de urbanização acelerado se tendem a intensificar as desigualdades espaciais. Poderíamos aqui fazer um paralelismo com o que Castel (*cit. in* Costa: 2001) elabora em termos de conceptualização da exclusão social para a exclusão territorial. Também nalguns territórios se identifica um processo contínuo de marginalização que, no limite, conduz à sua total exclusão face aos territórios envolventes. Nesse processo identificam-se um conjunto de rupturas em termos económicos, sociais, culturais e outros que podem conduzir, no limite, a essa exclusão. Trata-se à semelhança do enunciado pelo autor de um processo de decadência e de acumulação múltipla de situações de exclusão dos sistemas sociais básicos⁶. É mais fácil um território entrar em processo de exclusão do que ter condições para sair desse.

“O reconhecimento da relevância do domínio territorial no estudo da exclusão social, é recente, e tem a ver com o facto de existirem certas situações em que a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território. É este o caso dos bairros de lata e outros tipos de bairros degradados, e de certas freguesias ou concelhos rurais, em que as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades, e até de actividades económicas. É uma situação em que todo o território está excluído da cidade (no caso de um bairro) ou do país (caso do concelho) a que pertence.” (Costa, 2001:16).

Não se pode apontar a irreversibilidade do processo de exclusão de alguns espaços, mas não é menos verdade que o processo de integração se torna deveras complexo quer pelas múltiplas variáveis em presença quer pelo carácter contextual das situações de exclusão.

O contexto territorial em análise

Nas últimas décadas torna-se cada vez mais visível a segregação humana no espaço: “(...) uma viagem pelo continente português deixa a sensação de que, à medida que nos afastamos do Litoral e dos dois principais centros urbanos (Lisboa e Porto), as gentes sem espaço dão lugar a espaços sem gente.” (Rosa *et al.*, 2000: 455). De acordo com os últimos cenários demográficos lançados, o Algarve será a região do país que registará um maior crescimento demográfico (19,2% de 2003 a 2050), quando o país perderá 11% da sua população⁷. É certo, no entanto, que esse cenário está dependente da imigração que se tem vindo a registar, assim como da manutenção da sua posição enquanto motor de desenvolvimento turístico.

⁴ Ao nível oficial português são definidas a este nível três tipologias espaciais, a saber: Áreas Predominantemente Rurais (APR's); Áreas Medianamente Urbanas (AMU's); e, Áreas Predominantemente Urbanas (APU's). Para cada uma dessas áreas são definidos diferentes critérios relacionados com a densidade e funcionalidade dos espaços.

⁵ Almeida (2002: 1048) critica o sentido de coesão que é muitas vezes associado aos espaços rurais, afirmando que, pelo contrário, existem significativas fragmentações e conflitualidades. O mesmo é referido por Voyé e Remi (1994: 28-29) aquando da análise do sistema social na aldeia não urbanizada, sublinhando a existência de clãs com líderes reconhecidos colectivamente e, em que, facilmente se podem revelar as conflitualidades internas.

⁶ Vide a este respeito Costa (2001).

⁷ Fonte: INE.

O Algarve apresentava, nos últimos Censos, índices de envelhecimento e de dependência total superiores aos valores registados para o país. No entanto, neste último indicador, em 2001, registava-se uma diminuição por comparação a 1991, fruto da diminuição da representação dos jovens com me-

nos de 15 anos no total da população. Traduz-se na terceira região do país mais envelhecida⁸. Obviamente que as estratégias de qualificação territorial, previstas nos diferentes instrumentos de política⁹, poderão ter aqui um papel importante na mudança das tendências em curso.

Indicadores demográficos no Algarve e no País, em 1991 e 2001

Indicadores (em %)	Portugal		Algarve	
	1991	2001	1991	2001
Índice de Dependência de Jovens	30,1	23,6	27,5	21,9
Índice de Dependência de Idosos	20,5	24,2	26,7	27,9
Índice de Dependência Total	50,6	47,8	54,2	49,8
Índice de Envelhecimento	68,1	102,2	96,9	127,5
Índice de Renovação da População em Idade Activa	90,2	91,0	73,5	82,2

Fonte: INE (2002); Cálculos próprios dos indicadores.

No entanto, relativamente às dinâmicas de crescente urbanização, tal é igualmente uma nota a destacar no quadro nacional e regional. Em Portugal, em 1950 cerca de 20% da sua população era urbana passando para quase o dobro em 1990 (Comissão Europeia, s/d). Em 2001, a população urbana no país cifrava-se em mais de 75% (MAOTDR, 2006). Mais uma vez, os dados estatísticos corroboram a afirmação segundo a qual as tendências no rural se vão explicando pelas dinâmicas no urbano. No I Recenseamento Geral da População, realizado em 1864, apenas 7 freguesias em todo o Algarve eram consideradas urbanas e registava-se uma taxa de urbanização de 17,2%¹⁰. Em 2001, a população urbana regional representava 71,9% do total da população e 29 freguesias

eram consideradas APU's. Seguindo as tendências nacionais e mesmo mundiais, no último período intercensitário, a população urbana cresceu 22,9%, a população a viver em AMU's sofreu um aumento de 31,4% e a população rural sofreu uma perda de 15,1%. Se, em 1991, a população rural representava 21,2% do total da população regional, em 2001 passa a ser apenas de 15,5%.

Ao nível concelhio, o maior crescimento da população urbana no último período intercensitário deu-se no concelho de Albufeira (com uma variação de 73,3%), seguindo-se o concelho de Loulé (com um aumento de 41,5%). Em paralelo, Albufeira, Castro Marim, Lagoa e Portimão registaram perdas da população rural superiores a 50%.

⁸ As regiões com valores mais elevados são o Alentejo e Centro.

⁹ Nomeadamente no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o Algarve e Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve.

¹⁰ Fonte: INE. Cálculo próprio do indicador.

População Urbana e Rural nos concelhos do Algarve, em 1991 e 2001

Unidade Territorial	População Residente		Variação da população 1991-2001 (%)	População Urbana (em %)		População Rural (em %)		Variação 1991-2001 (%)	
	1991	2001		1991	2001	1991	2001	População Urbana	População Rural
Algarve	341404	395218	15,8	67,7	71,9	21,2	15,5	22,9	-15,1
Albufeira	20949	31543	50,6	53,6	61,7	34,9	11,1	73,3	-52,0
Alcoutim	4571	3770	-17,5	0,0	0,0	72,5	70,8	0,0	-19,4
Aljezur	5006	5288	5,6	0,0	0,0	45,9	49,2	0,0	13,1
Castro Marim	6803	6593	-3,1	0,0	0,0	47,8	24,7	0,0	-50,0
Faro	50761	58051	14,4	78,1	80,3	6,1	6,1	17,6	14,1
Lagoa	16780	20651	23,1	53,7	51,9	22,8	9,2	19,0	-50,3
Lagos	21526	25398	18	66,8	68,8	21,5	19,1	21,5	5,1
Loulé	46585	59160	27	69,9	77,9	20,7	14,6	41,5	-10,6
Monchique	7309	6974	-4,6	72,4	77,1	27,6	22,9	1,6	-20,8
Olhão	36812	40808	10,9	85,0	81,4	15,0	18,6	6,1	37,6
Portimão	38833	44818	15,4	80,4	92,0	19,6	8,0	32,0	-52,7
São Brás de Alportel	7526	10032	33,3	100,0	100,0	0,0	0,0	33,3	0,0
Silves	32924	33830	2,8	67,8	68,1	19,8	19,0	3,2	-1,4
Tavira	24857	24997	0,6	61,8	65,4	30,8	27,7	6,5	-9,8
Vila do Bispo	5762	5349	-7,2	0,0	0,0	44,8	45,9	0,0	-4,9
Vila Real de Santo António	14400	17956	24,7	79,0	80,7	21,0	19,3	27,5	14,3

Fonte: INE (2002); Cálculos próprios dos indicadores.

A freguesia de Cachopo, alvo do estudo de caso aqui apresentado, pertence ao concelho de Tavira e está localizada na parte central da Serra do Caldeirão. Destacam-se os seus valores patrimoniais e paisagísticos, sendo o seu núcleo central considerado como uma das aldeias mais típicas do Algarve. No âmbito dos Planos de Intervenção das aldeias do Algarve (Freitas, 2002), a freguesia tem sido alvo de um conjunto de acções de qualificação (do património, dos espaços públicos e de equipamentos), de melhoria das acessibilidades, de formação, e de desenvolvimento nas áreas do turismo, da habitação, da agro-silvo-pastorícia e da cinegética. É igualmente de sublinhar as suas potencialidades ao nível dos chamados produtos de qualidade (que congregam na sua

produção os saberes e sabores tradicionais), assim como a existência de algumas iniciativas empresariais de sucesso que procuram valorizar os recursos endógenos (a produção em linho e, mais recentemente, a animação turística tendo como âncora antigas escolas primárias que foram reabilitadas para alojamento).

Apesar destas potencialidades e recursos, a freguesia apresenta uma situação demográfica e económica muito frágil.

Em todos os indicadores demográficos revela um agravamento da situação entre os períodos censitários de 1991 e 2001. É a freguesia que apresenta o mais elevado índice de envelhecimento¹¹ e o mais baixo índice de renovação da população em idade activa da região¹². Em 2001, contabilizavam-

¹¹ Existem, em média, 10 pessoas com mais de 65 anos por cada uma com menos de 15.

¹² A população com idade entre os 20 e os 29 anos não chega a representar 1/4 da população com idades compreendidas entre os 50 e 64 anos.

Indicadores demográficos de Cachopo, Tavira e Algarve (1991 e 2001)

Indicadores	Cachopo		Tavira	
	1991	2001	1991	2001
Varição da população residente (1991-2001)	-27,7%		0,6%	
Índice de dependência de Jovens (em %)	16,8	10,9	26,2	19,5
Índice de dependência de Idosos (em %)	67,9	112,7	32,0	36,5
Índice de dependência total	84,7	123,6	58,2	55,9
Índice de envelhecimento (em %)	404,7	1036,0	121,9	187,3
População Jovem – 15 a 29 anos (em %)	11,7	9,1	19,6	19,1
População com mais de 65 anos (em %)	36,7	50,5	20,2	23,4
Índice de Renovação da População em Idade Activa (em %)	26,1	24,7	64,6	69,8
Densidade populacional (hab./ km ²)	7,1	5,2	40,8	41,1

Fonte: INE (2002); Cálculos próprios dos indicadores.

-se 1026 habitantes, no entanto tal representava uma perda de cerca de 400 residentes face ao recenseamento anterior, correspondendo ao abandono, em média, de 3 pessoas por mês¹³. Ocupa a segunda posição no conjunto das freguesias com maior índice de dependência de idosos (113,1%, em 2001) e maior índice de dependência total (124%, no mesmo ano). A população com menos de 30 anos representava 14% do total da população residente. É, igualmente, uma das freguesias que registava, no último recenseamento, a menor densidade populacional (5,2 habitantes por km²).

Se bem que representando 32% da área do concelho, não tem equivalente em termos demográficos, apresentando a freguesia de Cachopo apenas 4,1% do total da população concelhia (em 2001). A estrutura demográfica do concelho revela uma capacidade de rejuvenescimento, que é contrária às tendências registadas na freguesia.

Fruto das suas próprias características demográficas, a freguesia apresenta uma estrutura populacional com muito baixa escolarização. Em 2001, 83% da sua população apenas tinha atingido o 1.º ciclo de ensino, quando em Tavira esse indicador se situava em 54%. A freguesia apre-

sentava igualmente, no quadro regional, a quarta taxa de analfabetismo mais elevada – de 38,1% em 2001, apresentando o concelho um valor de 19,9% no indicador.

A actividade económica é outra das dimensões em que Cachopo revela fragilidades. A taxa de actividade em Cachopo mantinha-se, em 2001, muito baixa e muito mais reduzida do que a registada ao nível concelhio, regional e nacional. O envelhecimento acentuado da população será uma das razões centrais para tais *performances* no indicador – de sublinhar que a população reformada representava, nesse ano, 51% da população residente. Registe-se ainda que a taxa de actividade em Cachopo era praticamente metade da verificada no concelho (23,7% no primeiro caso e 43,7% no segundo). As taxas de actividade feminina mantêm-se em níveis muito baixos – 10,8% em 1991 e 12,9% em 2001. As taxas de desemprego geral e feminino apresentam-se, no entanto, mais baixas do que as registadas a nível concelhio e regional. Tal poderá, eventualmente, ser justificado pelo facto daqueles que são activos, e que vislumbram essa situação como uma possibilidade, procurarem trabalho fora da freguesia. Sabendo das fracas possi-

¹³ Correspondendo a uma variação negativa no período inter-censitário de 27,7%.

bilidades de acesso ao emprego local, porque muito escasso e limitado em termos de diversidade de ofertas, aqueles que podem procurarão trabalho fora da freguesia – uma das razões que justifica o abandono que se tem vindo a verificar.

A importância da agricultura na estrutura das actividades económicas locais ainda é bastante relevante. Apesar do sector terciário empregar, em 2001, mais de 40% da população residente, a freguesia mantém uma maior percentagem de população empregue no sector primário por comparação ao nível concelhio, regional e nacional. Em 2001, o sector primário ocupava cerca de 38% da população residente, quando em Tavira esse indicador se situava em 12,3%, na região em 6,1% e em Portugal em 5%.

Não é, então, difícil assumir-se que há um grupo de risco de abandono da freguesia. Esse grupo situa-se nos jovens com idades entre os 15 e 30 anos. Em 2001, esse grupo etário era composto por um total de 97 indivíduos, representando cerca de 9% da população de Cachopo.

É através deste grupo populacional que se poderão perceber as mudanças em curso no território. A incursão da equipa do projecto no terreno revelou a necessidade de distinguir os jovens em dois grupos – um revelando a situação dos que aí ainda residem, o outro funcionando como “grupo de controlo”. Isto porque rapidamente se percebeu que os jovens que já saíram de Cachopo mantêm uma relação regular com a freguesia e delinham as suas mobilidades espaciais em função de um retorno frequente à sua terra de origem. Assim, distinguiram-se dois grupos, a saber:

✓ *Residentes Habituais* – aqueles jovens que ainda residem na freguesia. As suas mobilidades quotidianas, quando existentes, são caracterizadas pela saída, por razões laborais ou escolares, e pelo retorno diário à freguesia;

✓ *Residentes de Fins-de-semana* – aqueles jovens que não residindo na freguesia mantêm uma relação de proximidade com essa, sendo as suas mobilidades caracterizadas pelo regresso frequente a Cachopo (fins de semana, férias).

A inquirição recaiu sobre 81 dos 107 jovens identificados. De referir que dos dados recolhidos localmente se entrevistaram 52 jovens residentes habituais. Se se fizer a comparação com os Censos

de 2001, que identificaram a existência de 97 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos, tal significa que em dois anos se registou uma variação muito negativa na população inserida neste grupo etário (cerca de 46%). Tal é resultado da incapacidade de renovação da população, mas também de um abandono em crescendo que se continua a registar na freguesia. Do total dos jovens inquiridos, a maioria ainda permanece na freguesia. Os residentes habituais representam 64% do total dos jovens que constitui a amostra. A sua maioria é do sexo feminino (52%).

Dado este panorama genérico sobre o território e sobre os jovens torna-se então fundamental perceber quais as suas estratégias face ao futuro e como se vai construindo a sua identidade por relação com uma experimentação da vida social em diferentes contextos espaciais. Se se entender o projecto como uma qualquer intenção de transformação do real que leva em consideração as condições reais (Boutinet, 1996:168) então poderá deduzir-se dos projectos dos jovens as suas vontades de mudança em termos pessoais, familiares e profissionais. Por outro lado, a partir das percepções sobre o contexto local é possível analisar as conflitualidades e consensualidades com que os jovens se deparam no delinear desses mesmos projectos. Trata-se de perceber quem são os jovens que ficam e quais os que pretendem abandonar o território. Mais ainda, torna-se fundamental perceber quais as variáveis que influenciam essas opções.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa empreendida é mediada por influências naturalistas e positivistas, conjugando o método etnográfico com o método quantitativo. Tanto se procuraram analisar as interacções e os processos sociais, como se enquadrou e aprofundou o estudo do território nas suas dinâmicas globais, a partir de uma análise documental e de estatísticas oficiais.

Ao nível da inquirição aos jovens, realizada entre 2003 e 2004, o trabalho procurou a articulação da extensividade da recolha com a intensividade na análise (categorial e tipológica). Ou seja, por um lado, procurou-se a homogeneidade na diversidade, mas por outro visou-se interpretar os significados e os sentidos dos discursos e das

práticas (feito em complemento com observação directa e, nalguns casos, observação participante passiva). Numa primeira fase procurou-se entrevistar o maior número de jovens da freguesia procurando aferir das sociabilidades locais e externas, dos seus projectos futuros e da avaliação que faziam do próprio território. Essa incursão de terreno, articulou uma componente não participante de inquirição com estratégias de carácter etnográfico em que se pretendia uma participação activa dos elementos da equipa nas práticas e dinâmicas socioculturais locais. Esta abordagem permitiu um conhecimento prévio dos principais problemas e expectativas dos jovens. De forma a começar a estruturar a metodologia de trabalho com os jovens, foi construída uma ficha de caracterização e sinalização que visava perceber algumas das características sociais deste grupo, os seus locais de residência e contactos, e algumas características de referência das redes de sociabilidade que estabelecem.

Foi possível, após esta primeira incursão no terreno, construir o guião de entrevista que é a base dos resultados aqui apresentados. Esse guião semi-estruturado estava orientado pelas seguintes dimensões analíticas: redes de sociabilidade, projectos de vida individuais, dinâmicas socioculturais, percursos escolares, inserção profissional e dinâmicas de emprego local, habitação, rede de transportes e formas de acesso locais, representações sobre o território.

Visava-se imprimir uma estratégia de investigação-formação-acção (seguindo uma aproximação ao triângulo metodológico de Kurt Lewin). O trabalho desenvolvido com os jovens de Cachopo não tinha a pretensão de ser um mero estudo. Procurava-se dar pistas para a acção e, principalmente, incitar a própria acção a partir dos jovens.

A componente da intervenção, realizada entre 2004 e 2005, traduziu-se num trabalho de acompanhamento das dinâmicas juvenis e na realização de fóruns sobre as problemáticas consideradas relevantes, como é o caso da habitação e do emprego. Com estes fóruns pretendia-se reflectir sobre o contexto de acção e dar condições de autonomização aos jovens para a construção dos seus pro-

jectos de desenvolvimento. Para além da equipa do projecto foram mobilizadas várias instituições locais e exógenas para apoio aos diferentes fóruns.

Era objectivo deste trabalho informar os jovens sobre políticas e programas existentes de suporte à construção dos seus projectos futuros no local. Dadas estas condições, a equipa de investigação tinha como objectivo acompanhar aqueles que se quisessem fixar na freguesia. Tal não se veio a verificar na medida em que os jovens não se manifestaram interessados em desenvolver projectos no local. Esta componente foi central na exacta medida em que nos permitiu validar os dados recolhidos através da inquirição individual. A intervenção associada à investigação de carácter mais tradicional traduziu-se numa triangulação metodológica que evidenciou a diferenciação entre o campo das representações e o campo das práticas.

Procurou-se o entrecruzar do entendimento dos actores enquanto objectos de pesquisa, mas também como sujeitos participantes. Esta é uma pesquisa que decorre de uma «encomenda social» específica¹⁴, mas que procura a compreensão das dinâmicas sociais em articulação com a intervenção no sentido da mudança desejada.

Deve igualmente ressaltar-se o facto das orientações metodológicas serem um reflexo da análise prévia das dinâmicas sociais emergentes. Tal é o caso da análise dos dois grupos distintos no conjunto dos jovens identificados: o reconhecimento da existência dos jovens que são efectivamente residentes em Cachopo (chamados de residentes habituais) e dos jovens que, não sendo residentes, regressam com regularidade ao território de origem (que denominámos de residentes de fins-de-semana).

O urbano como apelo identitário

Os jovens são o grupo emblemático das culturas urbanas. “*Ao esvaziamento das classes associadas ao mundo rural (campesinato, proletariado rural e algumas franjas da pequena burguesia tradicional), constripôs-se uma juventude cada vez mais ‘urbana’.* Com a urbanização da juventude a sua problematização (social e sociológica) ganhou,

¹⁴ A Câmara Municipal de Tavira havia solicitado um trabalho que visasse, por um lado, conhecer as perspectivas de futuro dos jovens de Cachopo e, por outro, procurar apoiar os jovens na sua fixação ao território.

também novos contornos.” (Pais, 2005: 2). No entanto, a construção identitária dos jovens dos espaços rurais não deixa de ser feita sem que esses se deparem com um conjunto de conflitualidades consigo próprios (identidade para si) e com os outros (identidade para os outros).

A identidade não depende apenas da origem social ou espacial dos indivíduos, mas “*é um produto de sucessivas socializações*” (Dubar, 1997:13). A identidade é, então, uma construção social, de carácter contextual e que se encontra em constante mudança. Guerra (1993:69) assinala a importância da integração do campo das representações e das práticas na análise do conceito de identidade. É igualmente sublinhada a relação de ambiguidade no conceito: “*a identidade é pessoal nas dimensões construídas pelo sujeito como imagem de si e é social nas identificações que o sujeito integra como dimensões de pertença social a grupos.*”

Da análise empreendida sobre as práticas quotidianas juvenis concluiu-se pela centralidade das mobilidades espaciais no seu quotidiano, que se efectivam a partir de muito cedo para o cumprimento dos seus projectos educativos (localmente só existe o 1.º ciclo, pelo que se deslocam para a sede de concelho). Por outro lado, verificou-se que a maior dos jovens residentes habituais (44 em 52) perspectiva uma mobilidade residencial para os núcleos urbanos de proximidade, à semelhança das práticas efectivadas pelos jovens que já abandonaram o território.

Quando se dá a mobilidade dos jovens, sejam as espaciais que medeiam a gestão do seu quotidiano, sejam as residenciais quando se dá o abandono efectivo da freguesia, há um «transporte» de referências espaciais que têm repercussões nos modos como vão representando e se vão apropriando desses «novos» espaços. As mobilidades são centrais na forma como o espaço é representado pelos próprios jovens. “*A questão da identidade deixa assim de ser limitada ao espaço da comunidade em estudo (o lugar) para passar a integrar as interações que este estabelece com os espaços exteriores*” (Silvano, 1997:6).

É nas práticas de lazer e nas formas de ocupação de tempos livres que mais se visualiza o

entrecruzar da relação entre rural e urbano. Os jovens facilmente conjugam práticas que são caracteristicamente urbanas, ou que obrigam à deslocação aos espaços urbanos para as efectivarem, com práticas no espaço da freguesia ou de cariz tradicional (não exclusivamente rurais). Tal é uma situação que foi igualmente sublinhada num estudo sobre os jovens de Loulé: “*Particularmente interessante é o modo como os jovens que participam com satisfação neste tipo de actividades tradicionais as combinam harmoniosamente com práticas de lazer características da cultura juvenil urbana (por exemplo, saídas em grupo nas noites de fim-de-semana para discotecas e bares), práticas que, de resto, se encontram plenamente difundidas na zona.*” (Machado *et al.*, 1998:23).

Por exemplo, facilmente um jovem dança no rancho e vai aos bailes e festas populares, como se desloca aos fins-de-semana, para bares e discotecas do litoral. O mais curioso é que parte dos jovens – os que são residentes fins-de-semana – vêm de concelhos mais próximos do Litoral e quando saem à noite, descem a serra para aí novamente regressar ao fim de uma noite de divertimento. Se bem que algumas dessas práticas são desenvolvidas em função do próprio território, outras há que podem ser desenvolvidas na aldeia. A título de exemplo, refira-se que a ida ao centro comercial só pode ser feita nos contextos urbanos, mas andar de patins, apesar de ser uma actividade mais associada aos contextos urbanos, tanto pode ser desenvolvida nesses meios como na própria aldeia.

Uma das razões que une estes jovens está associada à forte ligação que mantêm com Cachopo. Tal é particularmente visível nas suas práticas de lazer. Embora existam algumas que satisfazem mais uns jovens do que outros, há um conjunto de actividades que os associam – o que é revelador dos laços sociais fortes existentes. Assim, no conjunto das actividades descritas pelos jovens, destacam-se aquelas que são desenvolvidas no próprio território: actividades de sociabilidade local e de expressão desportiva local. Curiosamente, no grupo das actividades desenvolvidas, destaca-se igualmente a importância das práticas de sociabilidade urbana, em muito devida à deslocação regular dos jovens para bares e discotecas.

Quadro 4. Tipos de Ocupação dos Tempos Livres

Categoria¹	Ocupação	Nº	%
Domésticos Comunitários	Jogar às cartas	2	2,5
	Apoio às actividades domésticas	17	21
	Apoio a familiares em actividades profissionais/ de subsistência doméstica	8	9,9
	Jogar snooker	10	12,3
	Jogar matraquilhos	4	4,9
	Visita a familiares	1	1,2
Domésticos expressivos	Escrever	2	2,5
	Pesquisa na Internet/ jogar computador	6	7,4
Domésticos receptivos	Ler	3	3,7
	Ver televisão/ ver filmes	15	18,5
	Ouvir música	6	7,4
De sociabilidade local	Ir ao café (em Cachopo mas também fora)	41	50,6
	Dar/ Ir à catequese	4	4,9
	Ir à missa	5	6,2
	Ir a bailes/ festas	22	27,2
	Sair ou conversar com os amigos (em Cachopo mas também fora)	17	21
	Sair com o namorado	3	3,7
De sociabilidade urbana	Ir à discoteca/ bares	39	48,1
De expressão artística	Fazer grafitos	1	1,2
	Pintar/ Desenhar	2	2,5
	Tocar acordeão	1	1,2
	Dança (rancho)	9	11,1
	Tocar guitarra	1	1,2
	Fazer renda	3	3,7
De expressão desportiva local	Ir à caça	15	18,5
	Jogar futebol	22	27,2
	Jogar petanca	3	3,7
	Ir à pesca	3	3,7
	Jogar à malha	3	3,7
De expressão desportiva sem especificidades locais	Andar de bicicleta	8	9,9
	Ir correr	3	3,7
	Andar de patins	1	1,2
	Andar de mota	5	6,2
	Fazer natação	2	2,5
	Ir ao ginásio	2	2,5
	Fazer rally	1	1,2
	Fazer pesca submarina	1	1,2
Fazer mergulho	1	1,2	
De expressão ao ar livre - endógenas	Ir à piscina – fonte férrea	11	13,6
	Ir à ribeira	4	4,9
	Passear	9	11,1
De expressão ao ar livre - exógenas	Ir à praia	10	12,3
	Acampar na praia	1	1,2
De expressão informativa	Ir à biblioteca	8	9,9
Espectaculares de participação expressiva	Ir ao centro comercial/ às compras; Ver lojas	5	6,2
Espectaculares informativos	Ir ao cinema	10	12,3
	Ver exposições de caça e pesca	1	1,2
	Ir ao teatro	1	1,2
De participação cívica	Organização de actividades associativas	3	3,7
	Participação nos Bombeiros voluntários	1	1,2
De abandono	Sem actividade de lazer regular	1	1,2

Fonte: Própria

Porque os jovens têm o seu quotidiano mediado por referências espaciais diferenciadas, a sua identidade é construída pela multiplicidade de processos de socialização que vão preconizando. O que se verifica é que estes jovens «transportam» consigo o que se vão denominando de «identidades múltiplas». “*Os indivíduos identificam-se com uma multiplicidade de figuras e compõem, dessa forma, uma constelação identitária que é pessoal e, nesse sentido, única, movente e não necessariamente coerente.*” (Maffesoli, 1992 cit. in Silvano, 1997:2). O conjunto das relações sociais dos jovens são mediadas por uma relação entre as lógicas globalizantes da modernidade e o carácter localizado do quotidiano, traduzindo-se numa “*relação dialéctica e complicada entre o «extensivo» e o «intensivo».*” (Giddens, 1995:102). A sobreposição entre diferentes modelos de desenvolvimento experimentados pelos jovens acaba por enquadrá-los naquilo que pode ser denominado de “*confusão da pré e pós-modernidade*” (E. Prado Coelho cit. in Fortuna, 2003:4). O sentimento de lugar é sempre exaltado de modo relacional e contextual. A referência relacional na construção identitária é evidente nalguns discursos quando os jovens se referem ao território como tendo características «medievais» ou «tradicionais». Tal como sugerido por Giddens, esse sentimento é cada vez mais descontextualizado ao nível espacio-temporal. Ou seja, nas suas práticas os indivíduos baseiam-se nas referências locais, mas igualmente em referências distantes.

“*A primazia do local nos cenários pré-modernos tem sido largamente destruída pela descontextualização e pelo distanciamento espacio-temporal. O local tornou-se fantasmagórico porque as estruturas que o constituem já não estão organizadas localmente. O local e o global, por outras palavras, tornaram-se inextricavelmente interligados. Os sentimentos de ligação estreita, ou de identificação, com lugares ainda persistem. Mas eles próprios estão descontextualizados: não exprimem apenas práticas e envolvimentos baseados localmente, mas são atravessados por influências muito mais distantes.*” (Giddens, 1995:89).

Pode então dizer-se que as práticas dos jovens residentes habituais estarão mediadas pelas suas experimentações em meios urbanos, da mesma forma que os jovens residentes de fim-de-se-

mana terão as suas práticas sociais imbuídas de influência dos processos de socialização por que passaram na sua freguesia de origem. As suas identidades são construídas na base de múltiplas referências que os leva a adaptações constantes em função dos espaços em que vão socializando. Estes jovens vivem uma tensão entre o *prescritivo* e o *performativo*, ou seja, entre percursos e estratégias regulados pela sociedade de origem e a vontade de viverem novas experiências e aventuras, características das culturas juvenis urbanas.

“Há duas diferentes maneiras de olharmos as culturas juvenis: ou através das socializações que as prescrevem ou das suas expressividades (*performances*) quotidianas. A distinção entre estas duas perspectivas pode ser aclarada tomando a «dualidade primordial» proposta por Deleuze ao contrapor «espaço estriado» e «espaço liso». O *espaço estriado* é revelador da ordem, do controlo. É um espaço cujos trajectos aparecem confinados às características do espaço que determinam esses trajectos. Em contraste, o espaço liso abre-se ao caos, ao nomadismo, ao devir, ao performativo. É um espaço de *patchwork*: de novas sensibilidades e realidades.

A ideia que ponho à discussão é a seguinte: nos tradicionais *estatutos* de passagem da adolescência para a vida adulta os jovens adaptam-se a *formas prescritivas* que rigidificavam as modalidades de passagem de uma a outra fase da vida. Diríamos, então, que essas transições ocorriam predominantemente em *espaços estriados*. No entanto, entre muitos jovens, as transições encontram-se actualmente sujeitas às culturas *performativas* que emergem das ilhas de dissidência em que se têm constituído os quotidianos juvenis. Ou seja, as culturas juvenis são vincadamente *performativas* porque, na realidade, os jovens nem sempre se enquadram nas culturas prescritivas que a sociedade lhes impõe.” (Pais, 2005: 7).

Ora as identidades múltiplas que se identificam nos jovens não são mais do que tradução da dialéctica vivida espacialmente e socialmente entre a passagem de uma situação não urbanizada para um rural em vias de urbanização, marcado pela difusão das características da modernidade (Voyé e Rémi, 1994). Se no primeiro caso é evidente o controlo social por parte dos demais resi-

dentos, visível quer pela observação ou comentários directos, no segundo tendem-se a gerar atritos pela procura de uma aproximação a um modelo em que o individualismo se sobrepõe ao projecto do grupo. Nesta linha de pensamento já Santos e Pais (1988: 79) referiam que “*os jovens rurais são os que mais confrontados se encontram com os fraccionamentos ‘normativos’ que expressam as discontinuidades geracionais.*”

As identidades múltiplas são visíveis no que poderíamos, à primeira vista, denominar de incongruências discursivas. Um dos exemplos diz respeito à avaliação que os jovens fazem das dinâmicas sociais locais. Se, por um lado, valorizam as solidariedades locais e a coesão da comunidade, por outro, identificam constrangimentos no controlo dos adultos sobre as suas práticas. Um dos jovens refere:

“Aqui todos se conhecem, todos se ajudam.” (E52).

A ocultação das conflitualidades internas emerge, de acordo com Voyé e Rémi (1994) como uma das características das aldeias não urbanizadas, evidente na ‘opacidade para com o exterior’. Discurso completamente oposto, e que demonstra as tensões locais existentes, é preconizado por um outro jovem:

“Aqui as pessoas não se ajudam. Quem quer fazer alguma coisa, aqui as pessoas não ajudam” (E30).

A aversão a esse controlo social é demonstrada por um conjunto de categorias utilizadas para se referenciar aos mais velhos que os observam: “bufos”; “olheiros”; “detectives” ou “banco da má-língua”. Aqui se evidencia uma clara conflitualidade entre o “indivíduo” e o “colectivo”. É a tensão entre tradição e modernidade em acção. Vejam-se dois exemplos paradigmáticos destas conflitualidades identitárias vividas pelos jovens:

“Nós queremos fugir aos olheiros, como se diz na gíria... Se a mentalidade não mudar, os jovens vão-se embora de Cachopo.”

“(…) as pessoas em si... são todos muito unidos” (E25).

“São os olheiros (...) banco da má-língua. (...) Os velhos dizem logo que a gente anda a fumar um charrinho (...) compramos pastilhas e eles dizem logo que são mortalhas. [quando vão à noite para a Fonte Férrea] surgem comentários (dos ‘detectives’ e ‘olheiros’) pela aldeia toda, por parte da população mais velha: ‘O que é que eles vão ali fazer para o escuro?’ Isto é uma mentalidade medieval. Se um rapaz usa brinco chamam logo ‘mariquinhas’ e ‘drogado’.”

“Curto bué de viver aqui, porque se conhecem uns aos outros, apesar de alguns se tentarem lixar uns aos outros.” (E27).

São, no entanto, bem mais vastas as expressões que demonstram resistências face ao regramento que parece querer ser imposto pelos adultos. Se é evidente a proximidade existente neste meio, fazendo com que as pessoas vão estabelecendo relações constantes entre si – o que difere dos meios urbanos, onde os encontros casuísticos são bem mais frequentes – também se destacam as conflitualidades advindas dessa regularidade nas redes sociais estabelecidas.

“As pessoas conhecem-se bem e acabam por se meter na vida dos outros.” (E3).

“Nestes meios muito pequenos, é tudo muito calminho, mas toda a gente se conhece muito bem, bem demais. Depois há muitas intrigas. E eu não gosto deste ambiente.” (E14).

“(…) É aquilo a que a gente chama de ‘bufos’, estão sempre a deitar abaixo, sempre a falar, a piorar a situação das outras pessoas, não tentam ajudar.” (E15).

“Como é um meio pequeno existe muita rivalidade entre a população, são as más-línguas.” (E17).

“Algumas pessoas são amigas, mas há outras que só pensam em dificultar a vida aos outros. Numa aldeia tão pequena era para não haver tanta rivalidade.” (E26).

“As pessoas dão-se um bocado mal umas com as outras.” (E30).

“As pessoas são muito intriguistas, estão sempre a falar mal umas das outras, os conflitos entre uns jovens e outros, discutem com qualquer coisa e depois estão algum tempo sem se falarem.” (E49).

“(…) ainda existem conflitos entre algumas pessoas e devíamos viver todos como uma família.” (E34).

Mas a multiplicidade de referências na construção identitária não se cinge à análise das redes sociais. São igualmente visíveis nos discursos contraditórios ao nível dos elementos de valorização dos espaços rurais e urbanos. Assim, tanto apreciam a “calma” e o “sossego” que a vivência na freguesia lhes proporciona, como se rendem à “movimentação” das cidades.

“Cachopo é um local calmo, diferente da cidade e bonito.”

“Lá há mais coisas para fazer, aqui não há assim tanta coisa.” (E20).

“Cachopo é calmo... é o barulho dos pássaros que eu adoro. Cachopo é muito bonito.”

“As pessoas fartam-se de tanta calma.” (E25).

Se há uma tendência de valorização positiva das características ambientais e paisagísticas, não é menos verdade que os jovens acabam por preconizar a transição de uma sociedade «gastronómica» para uma «gastro-anómica»¹⁵. Ou seja, evidencia-se uma procura incessante dos jovens para os apelos consumistas da cidade. Também aqui a reflexão é feita em termos relacionais, tendo por base aquilo que é apreciado pelos jovens e o que a freguesia não lhes proporciona.

“existem mais coisas, tem o Fórum [Fórum Algarve - cidade de Faro], posso ir gastar dinheiro.” (E43).

“Às vezes vou aos centros comerciais, também preciso dessas coisas.” (E51).

“(…) As pessoas também precisam de outras coisas: de ir às compras, ao cinema.” (E64).

Os jovens de hoje acabam por preconizar estratégias «labirínticas» ou «yô-yô», como Machado Pais (2003; 2005) lhes denomina, e os jovens de Cachopo não fogem a essa regra ao deixarem, muitas das vezes, os seus projectos futuros entreabertos e marcados por indefinições e inconstâncias. Mas, mais uma vez, joga na complexidade da estruturação dos modos de vida destes jovens a conflitualidade entre «território de origem» e «território de referência». Alguns dos jovens residentes habituais que equacionam o abandono futuro da freguesia são a clara evidência dessas dificuldades na projecção do futuro. Pese embora valorizarem o contexto local vêem na vivência nas cidades a única alternativa de futuro (em muito mediada pelas oportunidades de emprego que aí vão sendo criadas ou pela existência de condições de vida que não conseguem ter na freguesia). Assim, facilmente encontramos jovens que dizem querer viver em Cachopo mas tencionam ou perspectivam uma vida fora. Na verdade, os apelos da vida urbana são bastante atractivos para estes jovens, nomeadamente no que respeita à inserção profissional e aos consumos que não podem ser preconizados localmente. Se é verdade que se sentem identificados com a freguesia onde vivem, fora dela pode ter-se uma vida “melhor”.

As estratégias de abandono, que comportam consigo a necessidade de adaptação aos espaços de acolhimento, levam os indivíduos a reforçarem o sentimento de pertença ao território de origem. “*O sentimento de pertença a um espaço específico é, deste modo, reforçado pela referência a outros espaços. Espaço de pertença e espaço de referência são duas das modalidades através das quais uma comunidade constrói o seu território.*” (Silvano, 1997: 8). Assim, a experimentação do quotidiano nos espaços urbanos tende a conduzir a uma valorização do território de origem. As opiniões mais favoráveis sobre a freguesia são, tendencialmente, preconizadas por jovens que aí já não residem.

¹⁵ “Podemos dizer que as sociedades tradicionais eram sociedades «gastronómicas», no sentido etimológico da palavra gastronomia: de gastro (estômago, máquina de consumo) e nomia (de nomos, regra). Nas sociedades tradicionais, o consumo estava regido por regras. E, por isso, o consumo era «regrado» - no sentido de moderado, prudente, orientado para a satisfação das necessidades básicas. (...) Em contrapartida, no limiar do século XXI, este modelo gastronómico parece estar a dar lugar a um modelo gastro-anómico. Ou seja, o consumo desregulou-se.” (Pais, 2005: 6).

“Eu antes dizia que gostava muito de viver na cidade, agora que estou lá adoro estar aqui. Gosto mesmo. Se calhar, antes de sairmos daqui achávamos que isto aqui era uma chatice e não havia nada para fazer. Mas agora que estamos lá em baixo achamos que isto é bom, não sei... é diferente.” (E5).

“É bom estar longe mas é melhor estar cá.” (E25).

“no início como era novidade não dava muito valor ao sossego de Cachopo.” (E62).

Neste flutuar de vivências entre o rural e o urbano, este último emerge como o modelo de referência para os jovens. Não se querendo adoptar posições fatalistas, certo é que esse modelo é para alguns jovens o projecto futuro e para outros uma inevitabilidade, quase como se de um caminho se tratasse em que não “há voltas a dar”. Uns parecem querer fazer da sua “identidade urbana projectada” uma “realidade objectivada”. Outros vivem numa “corda bamba” em que de um lado se verifica uma forte relação identitária com o meio rural e por outro são fortemente atraídos pelas condições que o meio urbano lhes pode oferecer.

Conclusão

De todo este processo de pesquisa destacam-se quatro conclusões centrais, a saber:

i) Centralidade das mobilidades espaciais na explicação das mudanças em curso

Cada vez mais os espaços são abertos a influências do exterior. O fechamento que caracterizava as sociedades rurais tradicionais há muito que se vem esbatendo. Seja através de trocas comerciais, seja através do acesso a bens e serviços, ou pelo acesso a um emprego ou mesmo à educação, as mobilidades espaciais são centrais no quotidiano dos indivíduos. A partir do momento em que essas se tendem a acentuar reforça-se a mudança social. Uma mudança que não é apenas visível nos espaços rurais, e que tem vindo a conduzir a perdas populacionais significativas, mas uma mudança igualmente visível nos espaços urbanos, nem

sempre preparados para receber as “massas populacionais” que chegam expectantes por melhores condições de vida.

Verificou-se que os jovens de Cachopo têm o seu quotidiano marcado por essas mobilidades espaciais. Desde a escola, às idas às discotecas, tudo passa por uma volta à cidade. Mais tarde, os seus percursos são em sentido contrário. Quando se efectiva o abandono os jovens regressam “às origens” como se de um “pouso seguro” se tratasse.

ii) Reorganização territorial enquanto resultado de descontinuidades entre modelos de desenvolvimento

Fruto dessas mobilidades crescentes, os jovens constroem as suas identidades a partir da multiplicidade dos processos de socialização por que passam. O “tradicional” e o “rural” travam então uma luta inglória com o “moderno” e o “urbano”. E trata-se de uma luta inglória porque os jovens tomam, na sua maioria, este último como modelo de referência – é esse que responde aos “riscos” por que querem passar, aos consumos que querem efectivar, às profissões que anseiam ter, etc. Não dando o seu território resposta às suas vontades, então os jovens procuram “outras para-gens”.

No território predomina um modelo de desenvolvimento que não coincide com o modelo expectável pelos jovens. As mudanças que se estão a registar neste espaço rural são, em muito, justificadas por essa conflitualidade de modelos de desenvolvimento.

iii) Carácter continuado do abandono por lógicas de reprodução das práticas efectivadas nos grupos de referência

A partir do momento em que aqueles que já partiram demonstram experimentações positivas face aos novos espaços de residência, tal passa a motivar ainda mais os jovens que permanecem neste espaço. Por outro lado, a lógica de identificação com grupos também se faz pela reprodução das suas práticas. Dado que a maioria dos jovens ou efectiva ou ostenta a vontade de abandonar a freguesia, os outros jovens acabam por preconizar o mesmo daqueles que lhes servem de referência.

iv) A criação de condições de fixação de jovens nos espaços rurais não é garantia da sua efectiva fixação

Arrisca-se dizer que – mesmo que se criasse emprego e habitação destinados aos jovens; que se desenvolvessem novas actividades de tempos livres; que se melhorassem os acessos ao litoral – os jovens continuariam a abandonar a freguesia. Os espaços urbanos continuam a ser os que mais respondem às expectativas juvenis, quer em termos de trabalho, de lazer, de habitação, de acessibilidades.

Os jovens reivindicam o que querem para si no território, no entanto, o que querem para si não será preconizado naquele território. E o que querem para si nunca poderá ser para aquele território, porque os jovens o foram abandonando entretanto! Os jovens reivindicam para Cachopo o que encontram nas cidades, sabendo de antemão que desejam ir para as cidades. Querem reproduzir em Cachopo aquilo que encontram no urbano, mas mesmo isso não será suficiente para ali ficarem.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. F. (2002), *Procesos de Desarrollo Local en la Freguesia de Cachopo (Portugal)*, Sevilha, Tese de Doutoramento – Universidade de Sevilha.
- BAPTISTA, F. O. (2003), “Um rural sem Território” em Portela, José e José Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 47-66.
- BARROS, A. (1990), “A Sociologia Rural perante a problemática do espaço”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, volume n.º 8, 43-53.
- BOUTINET, J. P. (1996), *Antropologia do Projecto*, Lisboa, Instituto Piaget.
- COMISSÃO EUROPEIA (s/d), *A Europa das Cidades – Acções Comunitárias em Meio Urbano*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- COSTA, A. B. (2001), *Exclusões Sociais*, 2.ª edição, Lisboa, Gradiva.
- DUBAR, C. (1997), *A Socialização – Construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.
- FORTUNA, Carlos (org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta.
- FREITAS, M. (coord.) (2002), *Planos de Intervenção das aldeias do Algarve*, volume 2, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve.
- GIDDENS, A. (1995), *As consequências da Modernidade*, 2.ª edição, Oeiras, Celta Editora.
- GUERRA, I. (1993), “Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, volume 13, 59-74.
- MACHADO, F. L., CHETA, R. (1998), *Situação social e perspectivas profissionais dos jovens do interior do concelho de Loulé*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2006), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Relatório*, Lisboa, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- PAIS, J. M. (2005), *Alguns dados para uma reflexão sobre os Jovens Portugueses*, comunicação apresentada no Encontro de Jovens da Serra do Caldeirão, São Brás de Alportel, documento policopiado.
- PORTELA, J. (2003), “Portugal-Chão: que futuro futurível” em Portela, José e José Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 3-33.
- REIS, J. (2003) “Observar a mudança: o papel dos Estudos Rurais” em Portela, José e José Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 37-45.
- REMY, J., VOYÉ, L. (1994), *A cidade: rumo a uma nova definição*, 3.ª edição, Porto, Edições Afrontamento.
- ROSA, M. J. V., CHITAS, P. (2000), “Unidade e pluralidades da demografia portuguesa: perfis e dinâmicas concelhias, 1960-1991”, em António Barreto (org.), *A situação social em Portugal 1960-1999*, Volume II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 453-494.
- SILVANO, F. (1997), *Territórios de Identidade*, Oeiras, Celta Editora.